

A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO, A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS RELAÇÕES BRASIL – ESTADOS UNIDOS

Ricardo Alaggio RIBEIRO¹

- RESUMO: O texto estuda as relações Brasil – Estados Unidos durante a década de 60, tendo como referência a Aliança para o Progresso, programa de ajuda externa americano direcionado para a América Latina. O interesse maior do trabalho é investigar o impacto político e econômico do programa no Brasil e sua importância na condução das relações entre os dois países.
- PALAVRAS-CHAVE: Aliança para o Progresso. Relações Brasil – Estados Unidos. Relações Econômicas Internacionais. Teoria de Modernização.

Introdução

Recentemente vimos ocorrer uma série de reavaliações da política externa norte-americana, provocadas pelas visíveis transformações em sua substância. Em uma das mais influentes versões destas interpretações, defende-se a idéia de que a estratégia americana durante a guerra fria foi a de identificar os interesses de seus aliados ou do chamado “bloco ocidental”, no qual se incluía a América Latina, com os próprios interesses americanos, em uma política de “generosidade” econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a “[...] convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global.” (KAGAN, 2003, p.78). A

¹ UFPI – Universidade Federal do Piauí. Centro de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Economia. Teresina – PI – Brasil. 64049-790 – alaggior@uol.com.br

segurança dependeria de uma visão mais abrangente do que poderia trazer esta segurança.

Esta concepção, que teria chegado perto de constituir-se como um tipo de “idealismo esclarecido”, não seria mais viável no mundo pós-guerra fria, já que este seria marcado por uma nova realidade objetiva. É por isso que hoje vemos os EUA recuarem de seus compromissos multilaterais, evitando novos acordos deste tipo e rejeitando aquilo que, de alguma forma, limite ou restrinja a sua soberania projetada sobre o palco mundial.

Pretende-se neste artigo entrar na discussão da política externa americana do pós-guerra e recuperar um momento especial desta, quando a ajuda externa passou a trabalhar em uma base permanente, com a promulgação de uma série de programas e ações multilaterais para estabelecer um mecanismo adequado para a ajuda, primeiro, dos países europeus e do extremo-orientes, devastados pela grande guerra e afetados diretamente pela guerra fria e, posteriormente, estendida aos países do Terceiro Mundo e especialmente à América Latina.

Mais especificamente, o objetivo deste texto é o de estudar as relações Brasil-EUA, na década de 1960, do ponto de vista da Aliança para Progresso, um programa de ajuda externa norte-americana direcionado para a América Latina lançado nos primórdios da administração de J. F. Kennedy (1961-63) e implantado nos anos subseqüentes. O presidente americano propôs um plano de cooperação de dez anos, com o objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político, inserindo-se assim numa tradição que remontava ao *New Deal* e aos programas do pós-guerra como o *Point Four* e o Plano Marshall.

O argumento desenvolvido aqui é o de que a Aliança para o Progresso resume a substância da política de Kennedy, e mesmo de L. Johnson, para o continente, constituindo-se como principal parâmetro e instrumento das relações entre tão diversos parceiros. Ou seja, dada a magnitude dos recursos envolvidos na operação – que em termos de projeto regional só pode ser comparada à do Plano Marshall – sua adequada compreensão torna-se elemento chave para entender o sentido das relações entre Brasil e EUA no período e mesmo depois.

As origens da aliança para o progresso

O termo “ajuda externa” é geralmente definido, grosso modo, como sendo o fluxo de recursos técnicos e financeiros do mundo desenvolvido para o mundo subdesenvolvido. Contudo, muitas vezes o fluxo de recursos humanos e materiais podem ir em direção contrária, numa base mais cooperativa. Também se considera próprio da ajuda externa que o doador seja, pelo menos como idealizador, o governo de um eventual país. Em síntese, a assistência internacional, em sua forma básica, consiste num fluxo de recursos entre governos.

Internamente, nos EUA, essa questão sempre suscitou fortes controvérsias, mas apesar disto, durante todo o período que nos interessa, a ajuda consistentemente gozou do apoio de uma maioria bipartidária no Congresso dos EUA (RANIS, 1964) e esteve firmemente inserida no orçamento público americano, refletindo o apoio que recebia de vastos segmentos sociais e políticos do país. Sua aparição de forma positiva e substancial no pós-guerra requer explicação. Antes de tudo, foi uma resposta a uma novidade. O planeta nunca tinha visto o aparecimento de tantos novos estados, os quais, ao lado de outros de soberania mais antiga, apresentavam sérios problemas sociais e econômicos. Essa debilidade repercutiu diretamente no interior do quadro internacional da formação de dois grandes blocos políticos em disputa pelo poder mundial, o que levou o olhar dos EUA para estas nações em construção. Surgia, assim, uma nova racionalidade para o emprego da ajuda entre os países.

Contudo, se formos pensar na origem da ajuda externa americana, não é difícil imaginar que ela remonta, por várias razões, ao *New Deal*. O sucesso do plano de recuperação da economia americana implantado por Roosevelt e seu “*brain trust*” de certa forma assegurou o futuro da política liberal progressista hegemônica naquele momento no partido democrata americano. Como argumenta Lincoln Gordon (1963), os esforços daquela administração provaram que a expansão econômica pode ser conseguida através de um esforço de planejamento nacional, que corrija o mercado e suas disfunções. Além do mais, proporcionou a consolidação de toda uma geração de técnicos, burocratas afeiçãoados ao planejamento público, que, durante um longo tempo, tiveram larga influência na política daquele país.

Após a guerra, o Plano Marshall tornou-se um tipo de plano disponível. Este partiu de um diagnóstico de George Kennan, segundo o qual a ajuda americana não deveria combater diretamente o comunismo, mas sim os desarranjos econômicos que tornavam os países europeus vulneráveis à exploração ideológica soviética. Havia inclusive a compreensão de que a restauração da economia europeia devia ser feita mesmo no caso de inexistência de uma ameaça maior. Rapidamente, a idéia de uma massiva ajuda unilateral tomou forma. O resultado altamente positivo do plano possibilitou a legitimidade de um enfoque anticomunista, ao mesmo tempo em que crescia o sentimento pró-americano na região em retribuição ao fomento da recuperação econômica europeia. A despeito desse sucesso memorável, à época, não foram devidamente avaliados os fatores pré-existentes, tais como as habilidades técnicas e financeiras, os partidos políticos relativamente bem institucionalizados, as populações com alto grau de instrução, as fortes identidades nacionais e as tradições democráticas.

Esse esforço acabou por limitar as ações americanas na América Latina. Pressionado pelas lideranças da região na Conferência de Bogotá em 1948, o Secretário de Estado George Marshall argumentou que a região devia esperar o soerguimento europeu e japonês. Entretanto, foi desenhado para todo o mundo subdesenvolvido um vasto programa de assistência técnica, o Ponto Quatro (*Point Four*). No Brasil, este possibilitou a criação de uma comissão conjunta, composta por representantes brasileiros e americanos, denominada Comissão Mista Brasil- Estados Unidos – CMBEU, um marco na história do planejamento estatal brasileiro e que ajudou a criar um ambiente intelectual no qual era defensável a idéia do papel decisivo do setor público na construção da nação. Este interessante experimento foi cancelado devido à ascensão da administração republicana de Eisenhower em 1953.

Quando os republicanos voltaram ao poder, substituindo vinte anos de governo democrata tentaram ressuscitar uma política de expansão do capitalismo americano e mundial, dirigida pelo capital privado em vez do capital estatal, como tinha sido a tônica nos governos Roosevelt e Truman (BERGER, 1995). Neste novo ambiente, vão se firmar duas novidades: o aumento das demandas latino-americanas por auxílio externo e o surgimento da teoria da modernização.

Os teóricos da modernização, trabalhando em diversos centros de pesquisa, “*think tanks*” e prestigiosos departamentos de importantes universidades americanas, criaram um coerente e muito influente “*corpus*” de idéias e doutrinas. Ao serem confrontados com a diversidade do terceiro mundo eles presumiram que estas sociedades estariam destinadas a passar pelas mesmas transformações pelas quais passaram as sociedades do ocidente industrializado. Criaram assim uma estrutura conceitual perpassada pela fé no progresso, na possibilidade de todos os povos alcançarem a modernidade. Entre estes pensadores, foi especialmente importante a perspectiva apresentada pelos professores Max Millikan e Walt Rostow (1957) na obra *A Proposal: Key to a Effective Foreign Policy*, a qual foi, certamente, o fundamento da política do presidente Kennedy para o hemisfério, ajudando a construir, viabilizar e tornar hegemônica uma nova retórica poderosa e influente. A proposta central do livro é a de que os EUA deveriam tomar a liderança de um novo programa de ajuda de parceria internacional para o crescimento econômico mundial (MILLIKAN; ROSTOW, 1957). Assim como a ameaça à Europa levou ao Plano Marshall, a nova ameaça global percebida deveria ser respondida com um programa também global. Seria um programa de longo prazo para promover o crescimento econômico no “Mundo Livre”. Os níveis de investimento deveriam permitir um crescimento de, pelo menos, 1,5% a 2 % da renda per capita anual. O governo dos EUA ofereceria um fundo de capital, em longo prazo, de dez a vinte bilhões de dólares a serem disponibilizados num período de cinco anos (MILLIKAN; ROSTOW, 1957). Mas o esforço deveria ser de uma década. Estas somas seriam acompanhadas por compromissos de investimento de outros governos do ocidente, disponibilizando entre dois e três bilhões de dólares, bem como por aportes de capital privado.

Ao tempo em que Rostow difundia suas idéias, uma série de acontecimentos mudaria a complacência e a confiança que caracterizavam a política de Eisenhower para o hemisfério. Um destes foi a malfadada viagem do vice-presidente Richard Nixon à região. Ao contrário das expectativas iniciais, este recebeu uma recepção alarmantemente hostil em todas as etapas do percurso. O sentimento antiamericano, subestimado até então, apareceu com toda a força. Em Lima, Nixon recebeu cusparadas da multidão, fato largamente explorado pela imprensa de todo o continente. Era uma rude manifestação das instáveis relações

dos EUA com a América Latina. Em Washington percebeu-se que a região merecia mais atenção do que vinha recebendo.

Não era outra a posição de um personagem que, então, entra de forma marcante no debate. Logo após a viagem de Nixon, o presidente Juscelino Kubitschek enviou, com grande senso de ocasião, uma famosa carta a Eisenhower, na qual propunha uma mudança nas relações pan-americanas em vigor.

Embora o texto da carta não seja claro a este respeito, Juscelino tinha chegado à conclusão de que um ataque decisivo aos problemas do subdesenvolvimento seria a melhor forma de trazer estabilidade política para a região, garantindo os regimes democráticos e os próprios interesses americanos, em última instância². Esta era a tese depois sustentada pelos “*policy-makers*” de Kennedy ao planejarem a Aliança para o Progresso. Embora Juscelino, nunca tenha enunciado sua doutrina de forma plena e sistematizada, ela pode ser muito bem buscada nos inúmeros discursos, declarações, conferências por ele proferidas. Gerou-se uma mobilização diplomática que foi, realmente, um movimento continental importante, hoje parcialmente esquecido. A atividade diplomática, em sua direção foi intensa. A Operação Pan-Americana – OPA, como ficou conhecida a proposta de Juscelino, levou à formação do “Comitê dos 21”, cujos trabalhos estabeleceram a criação, com apoio americano, do Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico – BID.

Outro fator fundamental que influenciou a criação da Aliança para o Progresso foi a revolução cubana. O novo regime foi reconhecido por Eisenhower, mas as relações deterioraram-se rapidamente. A crescente associação de Fidel com a União Soviética aprofundou a crise e os EUA romperam as relações econômicas com Cuba em junho de 1960, em plena campanha presidencial. No decorrer desta, Kennedy procurou criar uma distinta identidade em relação ao seu antecessor, apoiado no vigor e juventude de sua imagem pública (GADDIS, 1990). Ao mesmo tempo, buscou inserir uma nova abordagem na formulação de sua estratégia nacional. Deliberadamente, cultivou uma variedade de consultores e conselheiros pessoais, especialmente na área sensível da política externa, onde Rostow se tornou um valioso conselheiro. Seus objetivos eram múltiplos: tomar a ofensiva na Guerra Fria, melhorar o balanço nuclear em favor dos EUA, combater a pobreza dentro do país, criar um novo programa

² Este é também o pensamento de Bandeira (1973).

de ajuda externa. O candidato, em uma série de discursos, comprometeu-se fundamentalmente com a América Latina, tendo como exemplo a atitude da política do “*Good Neighbour*”. Os estreitos motivos da segurança nacional predominantes cederiam a primazia para o desenvolvimento econômico. Realizou-se um esforço retórico para mostrar que os interesses dos EUA eram os mesmos dos países subdesenvolvidos. Era a incorporação da tese da convergência, que espelhava a teoria dos estágios de Rostow (1966), desenvolvida em “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, obra escrita durante o ano de 1960. Surgiu então a idéia de um programa de ajuda massiva para a região, logo intitulado de “*Alliance for Progress*”.

A nova administração imediatamente empreendeu uma reavaliação da política externa americana a partir da perspectiva da teoria da modernização e do liberalismo internacionalista. Reavaliação que, na América Latina, tomou a forma do programa da Aliança para o Progresso. Informado pelas teorias da modernização, esse programa foi um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como “revolução das aspirações crescentes”. Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que, caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano.

Nesta direção, é interessante ver certos aspectos do programa defendidos pelo próprio Kennedy. No dia 13 de março de 1961, o Corpo Diplomático Latino-Americano, os líderes do Congresso e a alta burocracia do Departamento de Estado foram convidados para o já esperado lançamento oficial da Aliança para o Progresso. Kennedy evitou falar de comunismo, preferindo reportar-se às ações de Castro e dos soviéticos, vistas como parte de uma agressão imperialista que era, não somente um perigo militar, como também, uma ameaça às identidades nacionais de todos os países do hemisfério, oposta a sua pensada “revolução pacífica”, na qual norte e sul estivessem unidos por um único processo de transformação econômica, social e política³. A retórica dramática e otimista daquele momento pode muito bem ser sentida nas seguintes palavras do presidente:

Portanto, eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso - *Alianza para el Progreso* – um

³ Rostow teria sugerido esta abordagem no discurso. Ver Pearce (2001, p.96).

vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola – *techo, trabajo y tierra, salud y escuela* [...] Eu proponho que a República Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento. (KENNEDY, 1961, p.2).

Na forma de um projeto, trabalhado por uma equipe mista que reunia professores de Harvard e vários intelectuais e técnicos latino-americanos de projeção, tais como Raul Prebisch, Felipe Pazos e Felipe Herrera, o programa da Aliança foi detalhado na Carta de Punta del Este em agosto de 1961, quando ficou acordado que a ajuda americana seria acompanhada de uma tentativa voluntária dos países signatários no sentido de formular planos de desenvolvimento nacionais, implementar projetos conforme estes planos e adequar os seus esforços de desenvolvimento à estrutura geral delineada pela ajuda americana. Em novembro de 1961, Kennedy criou a *United States Agency for International Development* – USAID, que seria o braço operativo de toda a operação.

Conflito e cooperação: a Aliança e os governos de Jânio Quadros e João Goulart

Setores da burocracia americana, parte da equipe da Casa Branca e o próprio presidente tendiam a ver o Brasil como detentor de um poder potencial de controlar ou influenciar os caminhos do continente, em detrimento ou em benefício dos seus interesses. Conseqüentemente, o país foi alvo de uma grande atenção dos que conduziam o programa, recebendo um apoio que, presumidamente, o Brasil estava disposto a aceitar como tinha sinalizado e desejado Juscelino com sua Operação Pan-Americana.

Contudo, o alinhamento do Brasil com a Aliança não ocorreu tal como esperado. O lançamento do programa coincidiu com a assunção do governo de Jânio Quadros, que trouxe uma nova abordagem para a política externa brasileira. Um novo paradigma se impôs, por várias razões, e perdurou mesmo durante o atribulado governo de seu sucessor João Goulart. Mas não foi somente a política oficial que trouxe tensões às relações Brasil-Estados Unidos. A própria guinada para uma política independente tinha

causas mais profundas de ordem política e econômica, elementos que serão estudados a seguir.

O desenvolvimentismo como ideologia e política pública é um elemento essencial para se entender o ambiente intelectual e político hemisférico que influenciou e moldou a recepção da ajuda externa americana no começo dos anos 60. De uma forma um tanto reducionista, costuma-se definir esta ideologia como o projeto de transformação da sociedade brasileira, levado a cabo através da industrialização induzida pelo Estado, que realizaria esta tarefa usando instrumentos do planejamento econômico e da substituição de importações seletiva.⁴ O Estado deveria, também, captar e orientar recursos financeiros para o investimento induzido, tarefa na qual a ajuda externa teria um papel a cumprir, conforme vários grupos envolvidos com a problemática do desenvolvimento no Brasil.

Os desenvolvimentistas, porém, não constituíam um grupo coeso ou homogêneo. A literatura corrente sustenta que eles podiam ser divididos em dois grupos com diferentes visões sobre como alcançar as metas pretendidas: os assim chamados “desenvolvimentistas cosmopolitas” e os “nacional-desenvolvimentistas”⁵. Ambos os grupos concordavam quanto à necessidade de industrializar o país, firmavam esperanças no planejamento e na intervenção sistemática do Estado nas questões econômicas. Os cosmopolitas, contudo, eram a favor de uma maior ênfase na iniciativa privada e encorajavam um investimento externo mais intensivo. Evidentemente, não faziam oposição a uma ajuda externa intensificada. Os nacionalistas reclamavam e muitas vezes se opunham diretamente ao investimento externo privado. Eram defensores de uma ativa participação do Estado na produção de bens e na promoção do bem-estar social. Não viam com bons olhos uma maior aproximação com os EUA e consideravam as empresas americanas como nefastas para a ampliação de nossa economia.

No período que vai de 1961-64, estabeleceu-se uma crise na recepção do ideário do desenvolvimentismo. Entre 1961 e o golpe militar, o país passou por uma grave crise financeira e cambial, bem como foi assolado por uma inflação a níveis até

⁴ Existem duas obras fundamentais sobre o assunto. Ver: Bielschowsky (1988) e também: Sikkink (1991).

⁵ Ao que parece o primeiro a usar esta distinção foi Jaguaribe (1962). Bielschowsky (1988) inclui uma terceira categoria, os desenvolvimentistas do setor privado, dos quais Roberto Simonsen é um bom exemplo. Mas a divisão acima compreende os dois grupos mais atuantes no período que nos interessa.

então desconhecidos e viu o crescimento do PIB desaparecer. Junte-se a estes ingredientes uma forte instabilidade política, um aumento da mobilização popular e uma perceptível aparição da luta de classes para se ter o ambiente nada encorajador no qual a Aliança desembarcou no Brasil. Deve-se notar que com uma conjuntura dessa natureza o projeto de industrialização perdeu força. O debate econômico passou a estar subordinado principalmente aos problemas trazidos pela inflação, à questão das contas externas e às “reformas de base”. Passou-se a acreditar que o desenvolvimento não era apenas uma questão de industrialização, mas que requeria transformações sociais e institucionais mais profundas para que se alcançasse um estágio econômico e social superior.

Assim, o programa chegou numa conjuntura desfavorável. O Brasil de 1961 estava longe de ser um ambiente propício ao estreitamento das relações com os EUA. Havia inclusive uma grande divisão dentro do país sobre a questão da ajuda externa. Vejamos sucintamente como alguns grupos pensaram a chegada da assistência norte-americana.

A avaliação da Aliança pelos diversos grupos de esquerda era sem sombra de dúvida negativa. A ortodoxia marxista considerava o desenvolvimento da nação restringido externamente pelas forças do imperialismo, especialmente as do imperialismo estadunidense. A visão da esquerda era a de que as políticas externas dos EUA serviam basicamente aos interesses expansivos do capital daquele país. As relações interamericanas eram explicadas em termos de um conflito básico entre o propósito americano de dominar a região e a luta da América Latina de manter sua soberania política e econômica. A Aliança seria o mais sofisticado instrumento construído pelo imperialismo para a região e sua retórica e mesmo seu reformismo, apenas escondiam os objetivos básicos de expansão do capital e do avanço da dominação imperialista⁶.

As correntes cosmopolitas e todos aqueles que defendiam a participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento apoiaram a ajuda americana. Questões altamente polêmicas na época, tais como a lei da remessa dos lucros de 1962 e a encampação de empresas americanas no Rio Grande do Sul pelo governo Brizola, marcaram o campo entre os oponentes. Para

⁶ Ver Lowenthal (1990). O autor também faz uma compilação dos principais textos representativos da corrente de pensamento “radical”, da esquerda americana e latino-americana, incluindo textos do final da década de 60, quando a teoria da dependência já se instalara no debate.

os liberais econômicos e cosmopolitas as remessas de lucros não eram muito relevantes em relação ao PIB local. O fluxo de capital externo público e privado trazia as divisas que o Brasil necessitava, difundia o progresso tecnológico e aumentava a renda e o emprego. Estes grupos, durante o período 1961-1964, estiveram diante do seguinte impasse: controlar a inflação, deter as tentativas de estatização de setores importantes da economia, viabilizar o fluxo de ajuda externa, e, apoiar, moderadamente, as reformas sociais.

Nos poucos meses do governo de Quadros, uma série de iniciativas americanas ligadas ao programa de ajuda chegou ao Brasil. Kennedy enviou ao Brasil uma missão do programa *Food for Peace* (Alimentos para a Paz), que se encontrou com Jânio e visitou o Nordeste, ciceroneada por Celso Furtado. Em maio de 61, Adlai Stevenson veio ao Brasil com o intuito de preparar o campo diplomático para o acordo de Punta del Este, discutir a cooperação e consultar o Brasil sobre o problema cubano. Um pouco antes, com participação direta de Kennedy e do embaixador Moreira Salles, ocorreu de forma satisfatória o acordo financeiro entre os dois países.

Com a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida apenas uma semana após o encontro em Punta del Este, abriu-se uma grave crise política. A situação gravitou perigosamente em torno da Aliança e da equipe de Kennedy. A renúncia podia ser vista como um índice de instabilidade institucional na região, complicando as negociações com o Congresso americano, então reticente quanto ao aumento da ajuda. Caso a ordem constitucional fosse quebrada e aparecesse a autoridade militar como decisiva, existiria um desafio aos preceitos democráticos e de apoio a governos representativos, recentemente declarados. O ambiente positivo criado pela reunião da semana anterior desvanecer-se-ia rapidamente. Assim, Kennedy apoiou a solução constitucional e a Aliança foi um fator fundamental na decisão.

A solução satisfatória da crise brasileira pelos parâmetros da Aliança não significava um aval pleno ao novo governo que tomava posse. Existia a impressão de que se haviam afirmado as correntes nacionalistas, não só no processo de solução da crise como também nas novas designações para o governo, com a assunção a postos-chave de políticos e técnicos reconhecidamente varguistas. A designação de San Tiago Dantas para a chancelaria

brasileira anunciava quase seguramente a continuação da linha independente do país na política internacional.

A embaixada americana, em sua primeira avaliação do novo governo, acreditava que os EUA deveriam ir, particularmente, devagar quanto à oferta de novos compromissos, pois a seu ver a associação passada de Goulart com os comunistas e suas posições antiamericanas eram de conhecimento público em toda a América Latina.⁷ Goulart sempre foi visto com suspeitas ou reservas. Sua avaliação pelos EUA sempre foi negativa e assim permaneceu até o final – exceto por um breve momento, como veremos adiante. Colocava-se, portanto, a questão de como seria possível a efetivação da vasta cooperação planejada. Havia, na percepção dos americanos, uma verdadeira rede de empecilhos: a filiação varguista de Goulart, o nacionalismo em maré montante, o trabalhismo com seus vínculos com a esquerda e a baixa capacidade estatal de instrumentalizar políticas, além, é claro, do fato de que boa parte da oposição ao governo partia dos setores mais pró-EUA.

A preocupação de Kennedy com os problemas brasileiros continha um forte componente político e ideológico que diferenciava o Brasil de outros países, na avaliação daquela administração. Tratava-se da questão nordestina, em torno da qual, aos olhos de muitos observadores americanos, parecia que uma revolta popular estava na eminência de acontecer. O nordeste brasileiro foi considerado um caso especial a exigir decisões rápidas e eficientes. Após muitas reuniões e um encontro entre Kennedy e Celso Furtado em Washington, decidiu-se que o governo americano apoiaria o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que Recife seria a sede de uma das duas missões da USAID no Brasil. Com isso, o país tornava-se o único a possuir uma dupla estrutura de apoio, pois manteria a outra sede da instituição no Rio de Janeiro.

Contudo, a partir da posse de João Goulart, uma complexa teia de eventos se desenvolve, criando uma dinâmica que vai combinar uma crise econômica montante com uma mobilização política até então não presenciada pelo país, que se articulam de forma crescente e reflexa, criando um movimento que vai esgotar inexoravelmente a governabilidade existente. A resposta de Goulart a todas essas restrições e problemas combinaria

elementos díspares de cooperação e de conflito. Cooperação não ditada por uma devoção entusiástica aos preceitos da Aliança, mas guiada basicamente pelas restrições colocadas pela crise do balanço de pagamentos, que só podia ser resolvida por uma negociação com os EUA. Conflito, já que o curso da mobilização em andamento iria liberar amplamente aquelas forças internas identificadas com o nacionalismo antiamericano, além de outras forças também antagônicas ao programa, as quais em conjunto puderam influenciar o sistema de tomada de decisões. Este comportamento bipolar irá crescentemente deslocar-se para o pólo do conflito.

A viagem de Goulart aos EUA, em abril de 1962, foi, para os observadores americanos, um momento auspicioso. Recebido com todas as pompas e circunstâncias por Kennedy, o presidente brasileiro prometeu resolver a espinhosa questão que envolvia as estatizações da *American and Foreign Power Company* (AMFORP) e da *International Telephone and Telegraph Corporation* (ITT) pelo governo gaúcho de Brizola, enquanto era costurado o “*Northeast Agreement*”. Este acordo implicava um empréstimo de 131 milhões de dólares, que daria substância aos projetos da Aliança na região. O governo brasileiro entraria com uma contrapartida de U\$\$ 145 milhões. Foram também firmados acordos de assistência técnica. Por um momento, as relações ficaram menos tempestuosas e Goulart passou a imagem de um homem de centro, capaz de liderar o Brasil e mostrar-se um parceiro “construtivo”. Um momento criador de expectativas e que potencialmente poderia ter mudado o roteiro dos fatos foi o da implantação do Plano Trienal, em janeiro de 1963. Pensado por Celso Furtado e implantado pelo ministro San Tiago Dantas, permitiu que o país tivesse afinal o que fora exigido pela Carta de Punta del Este, ou seja, um plano nacional de desenvolvimento. Mas o seu objetivo maior era dar conteúdo e estrutura ao novo governo surgido do plebiscito presidencialista, que queria apresentar aos seus eleitores um plano de governo viável, ambicioso e politicamente atraente para os principais grupos políticos do país. Era uma tarefa difícil, dada a escassez de tempo, recursos humanos e a própria natureza dos problemas a serem enfrentados, mas um resumo do plano foi entregue ao país no dia 30 de dezembro, poucos dias antes do plebiscito (SKIDMORE, 1979).

Os conflitos ocorridos entre os gestores do programa de ajuda externa e o governo brasileiro contribuíram para a desestabilização

⁷ Telegram from the Embassy in Brazil to the Department of State. Rio de Janeiro, September 8, 1961. (UNITED STATES, 1996).

do plano e tiveram sua origem no segundo semestre de 1962, quando a volatilidade da crise política brasileira, a aproximação de Goulart com a esquerda e o desengajamento em relação aos compromissos firmados com Kennedy, levaram a USAID a desencadear uma política de “ilhas de sanidade”, desviando os recursos do acordo nordestino para aqueles estados da federação mais afinados com o pensamento da Aliança. A equipe da missão em Recife desenvolveu um “programa de impacto”, basicamente um plano assistencialista de curto prazo, desvinculando-se de uma aproximação maior com a SUDENE. A decisão de trabalhar diretamente com os governos estaduais, configurava uma estratégia que visava objetivos múltiplos, alguns não distantes do pensamento da Aliança contido na Carta de Punta del Este. Além de contrabalançar a influência de elementos da esquerda radical na região, a USAID estava preocupada com os efeitos de uma possível eleição da Miguel Arraes em outubro e pretendia dar apoio aos governos que se opunham à aproximação com Goulart e com a ala esquerda de sua administração.

No final do ano, estava evidente que a questão brasileira estava dividindo os altos escalões americanos. Para resolver os impasses e produzir uma diretriz de curto prazo, marcou-se uma reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional, cuja pauta era a presumida ameaça comunista e a crise econômica brasileira.⁸ A alternativa aprovada foi a de procurar influenciar a política de Goulart através de uma série de medidas e manter aberto, embora limitado, o canal da ajuda externa e da assistência financeira. Entre as diversas idéias, figurava a que propunha uma assistência financeira para cobrir toda a escassez cambial brasileira de curto prazo, ainda que não fixasse metas definitivas. Ou seja, o Brasil receberia a ajuda conforme merecesse. Robert Kennedy, irmão do presidente americano, foi despachado ao Brasil para influenciar os rumos do novo governo presidencialista.

A decisão de aplicar uma política de “*limited and continuous cooperation*” foi crucial para frustrar a negociação da dívida brasileira em abril de 63. O acerto feito entre Dave Bell da USAID e San Tiago Dantas, este coadjuvado por Roberto Campos, mostrou-se muito abaixo das expectativas brasileiras. Era um desastre para o ministro, pois para ele, era importante uma legitimação

⁸ A reunião se deu em 11 de dezembro de 1962. O próprio Kennedy a comandou. Entre as alternativas estudadas havia a de “não fazer nada” e a de procurar afastar Goulart. Ambas foram deixadas de lado. Ver Gordon (2002).

americana explícita e substantiva do Plano Trienal, que calasse a direita e desse espaço de manobra ao governo entre seus aliados. O fracasso do acordo foi o primeiro passo da queda de San Tiago Dantas e do fim da curta experiência do Plano Trienal. O roteiro é bem conhecido: em abril e maio de 63 sucedem-se manifestações contra a política econômica de estabilização, que patina na luta contra a inflação e pelo controle orçamentário. Uma sucessão de crises políticas, oriundas do aparato sindicalista que se descola do controle presidencial, ameaça a própria base governista de sustentação e impede que Goulart dê seqüência às medidas propostas no plano. Torna-se politicamente impossível uma condução racional de um plano de estabilização e esgota-se a capacidade do governo de realizar qualquer coisa nesta direção, que é abandonada como alternativa por Goulart⁹.

O último grande passo de Kennedy em relação à ajuda externa para o hemisfério e o Brasil foi a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social – CIES, realizada em novembro de 1963, na cidade de São Paulo, um pouco antes do assassinato do presidente americano. O objetivo era viabilizar o que veio a ser chamado de Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso – CIAP, uma tentativa de multilateralizar e “latinizar” o programa, uma proposta largamente baseada em um documento produzido pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek. Em seu discurso, Goulart evitou falar da Aliança e direcionou a sua oratória no sentido de mobilizar e criar um bloco de países subdesenvolvidos com o objetivo de participar da primeira reunião da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), a qual seria realizada em Genebra, no mês de março de 64. As reações dos delegados contrários ao posicionamento do presidente brasileiro foram fortes. Averell Harriman, que encabeçava a delegação americana, caracterizou o discurso como sendo “[...] essencialmente, uma aposta na liderança brasileira do continente, a qual iria, por implicação, excluir um maior papel americano.”¹⁰ A partir daquele momento, o Brasil tornou-se a maior preocupação dos EUA no hemisfério, maior mesmo que Cuba. Pode-se pensar que os eventos de São Paulo marcam o momento a partir do qual as trajetórias se descolam e a queda de Goulart passa a ser admitida e mesmo desejada.

⁹ Essa é a tese defendida por Lourdes Sola (1998).

¹⁰ Memorandum From the Executive Secretary of the Department of State to the President’s Special Assistant for National Security Affairs”. Washington, November 14, 1963. (UNITED STATES, 1996).

A morte de Kennedy marca um momento de inflexão na Aliança, que vale uma reflexão. Nenhum político americano deu tanta atenção aos assuntos do hemisfério, mostrando uma preocupação com os problemas econômicos e sociais do continente. A Aliança era o “seu projeto”, no qual envolveu todo o seu vigor e capacidade de persuasão, direcionando a máquina do Estado americano para os seus objetivos. E mais: ele acreditava que tinha os instrumentos conceituais e os recursos capazes de mudar o cenário. Em relação ao Brasil, enviou um sem número de missões, recebeu personalidades as mais diversas, e instalou aqui duas missões da USAID. Contudo, a sua preocupação com a guerra fria e a pretensa ameaça do comunismo internacional ao Brasil trouxe um deslocamento entre a retórica e a prática. Foi o caso da ação da USAID no Nordeste, onde se permitiu que uma política inovadora, como a da Aliança, fosse usada para apoiar certas elites estaduais, enquanto se procurava desestabilizar aliados do governo federal e mesmo instituições como a SUDENE, cujos projetos de mudança e modernização pouco diferiam dos preconizados pela ajuda estadunidense. Verificou-se que uma política de ajuda movida por interesses imediatos resulta numa intervenção na política interna do país recipiente, indesejada, a princípio, por todos os atores envolvidos.

A Aliança e o governo militar

A mudança do regime brasileiro, em abril de 1964, transformou o país no principal beneficiário da Aliança entre todo o hemisfério, recebendo a maior porção do compromisso financeiro desembolsado por Washington até o final da década. Isto quando, não de forma surpreendente, o Brasil tornara-se o mais flagrante caso em que os EUA empregaram sua ajuda externa para fomentar a economia de um país cujo sistema político estava em pleno contraste com o modelo democrático ideal descrito na Carta de Punta Del Este.

Um dos novos elementos presentes era o fato de a nova administração Johnson buscar defender políticas que eram basicamente congruentes com aquelas já dominantes dentro do Departamento de Estado, antes da revolução paradigmática tentada por Kennedy e nunca completada. A atitude do novo governo em relação à ajuda externa seguia pelo mesmo caminho. Johnson não era contra a ajuda em si, mas sim contra distribuí-la

sem um claro retorno, em termos de um crescimento econômico demonstrável ou em termos de um visível ganho político. Como texano, L. Johnson acreditava ter um entendimento próprio da região, frustrando-se com o idealismo ativista de certos membros da equipe de Kennedy, que logo foram afastados do poder (RABE, 1999). Para Sub-Secretário de Estado para a América Latina nomeou Thomas Mann, um conhecido conservador, que também acumulou as funções de Coordenador da Aliança para o Progresso.

Ao mesmo tempo, notava-se uma transformação na academia norte-americana. Um conjunto de autores ligados à escola da “modernização” e com amplo acesso aos círculos do poder nos EUA abandonaria o ideal democrático da modernização em favor de uma política mais voltada para estabilidade e a ordem. Para estes autores (HUNTINGTON, 1965; PYE, 1964), as forças armadas dos países do Terceiro Mundo possuíam um papel “iluminista” a cumprir, uma vez que possuíam uma tripla capacidade de: a) como força revolucionária contribuir para a desintegração da ordem tradicional; b) como força estabilizadora, manter suas sociedades fora da ameaça comunista; c) como força modernizadora, fazer frente às aspirações da classe média e às demandas das classes populares pela mudança social, enquanto providencia habilidades técnicas e administrativas para os setores civis e estatais. (GILMAN, 2003). A estas forças armadas, não cabia mais a missão de defender o hemisfério ocidental, mas pesava principalmente o trabalho de fortalecimento das funções administrativas, da governabilidade, da segurança interna, da ordem, e mesmo o desenvolvimento econômico – tudo o que a teoria viria a chamar de “*nation-building*”.

Assim, significativas reformas já estavam em andamento nos EUA, quando o novo governo brasileiro assumiu. A administração Johnson, percebendo a vontade de cooperação mostrada pelo novo regime, resolveu que a Aliança no Brasil seria, por todos os meios, implementada a um nível superior ao de qualquer tentativa anterior no continente. No plano multilateral, o ano de 1964 presenciou a implementação do CIAP, fato que, inegavelmente, deu uma maior dinâmica ao programa.

No plano interno, ocorreu uma vasta ofensiva, tendo como objetivo estabilizar e transformar a economia brasileira. Os instrumentos escolhidos foram a construção de um plano de estabilização conhecido prosaicamente como Plano de Ação

Econômica do Governo - PAEG e uma ambiciosa reforma institucional do Estado brasileiro, levada a cabo com grande autonomia de ação pelos seus idealizadores. Entre as inúmeras medidas adotadas na ocasião, uma possui grande importância para o redimensionamento da ajuda externa: a criação da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso – COCAP, órgão muito pouco estudado na incipiente bibliografia brasileira sobre as instituições do governo militar.

Ainda no plano interno, é possível apontar alguns fatores que foram importantes para o aumento do nível de cooperação entre os dois países. O primeiro seria, sem dúvida, a ascensão ao poder de uma série de atores vinculados historicamente a uma posição pró-americana, entre os quais se pode incluir o próprio presidente Castello Branco, a cúpula da política econômica com Otavio Bulhões e Roberto Campos e o grupo ligado à Escola Superior de Guerra – ESG.

A doutrina da ESG e a ascensão ao poder de seus principais idealizadores, tais como Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva, possibilitaram, durante o governo Castello Branco, uma ampla aproximação com os EUA. Os principais traços doutrinários tais como o anticomunismo, a defesa dos valores ocidentais, a percepção da ameaça interna, a idéia de construção da nação, a ênfase no desenvolvimento econômico e a defesa de uma abordagem onde o desenvolvimento era causa e resultado da segurança nacional, tinham como corolário a aliança com os Estados Unidos em torno destes temas. Ficou aberto o caminho para o realinhamento da política externa. O governo de Castello Branco procurou restabelecer no campo diplomático a tradicional aproximação com os EUA, que vigorara desde a política do “*good neighbor*” de Roosevelt, até o governo Jânio Quadros, quando predominou a política externa independente. Mas existiam áreas de fricção, de onde eventualmente emergiam crises, mesmo com todo o esforço de ambos os lados de levar em frente um relacionamento mais amigável e “construtivo”.

Alguns episódios ameaçaram esta composição (tais como a cassação dos direitos políticos de Juscelino, em junho de 1964, e o retrocesso democrático representado pela assinatura do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965), foram muito mal recebidos em Washington. Mesmo assim, foram superados pela percepção, por parte dos dois governos, das vantagens oferecidas pelo novo arranjo político e econômico, consubstanciado numa orientação

diplomática bastante distinta daquela que vigorara até então. De fato, estabelecida a vontade dos EUA, de apoiar amplamente o novo governo brasileiro, e delineada a política externa brasileira, de alinhamento com a posição “ocidental” em relação à guerra fria, somente um terremoto político de grandes proporções mudaria o rumo previsto de um grande redimensionamento do programa de assistência ao Brasil.

Firmou-se então, através da Aliança para o Progresso, um vasto esquema de financiamentos públicos internacionais que, paralelamente às novas regras para o tratamento do capital estrangeiro, equilibrou o balanço de pagamentos brasileiro. Missões técnicas do FMI, Banco Mundial, BID e da USAID vieram ao Brasil, tendo em vista a ajuda externa ao PAEG. Estas quatro agências financiadoras, reunidas e articuladas entre si pelo CIAP e a COCAP, expandiram o conceito da Aliança, realizando uma verdadeira divisão do trabalho em torno da cooperação econômica ao Brasil. Além destes organismos, juntaram-se aos esforços do programa de ajuda externa norte-americana o EXIMBANK, o próprio Tesouro dos EUA, os recursos oriundos da *Public Law 480* e ainda a ajuda européia. Pouco se sabe hoje sobre a importância que teve a ação conjugada destes órgãos e seu papel no programa de recuperação econômica realizado pelo Ministério do Planejamento. Durante o crítico ano de 1965, foram mobilizados 650 milhões de dólares de ajuda¹¹, que significavam algo em torno de 3% do PIB brasileiro de 1964 e como eram, em sua maioria, investimento novo, poderiam, nas palavras do próprio Gordon, “[...] fazer a diferença crítica entre uma taxa de crescimento satisfatória ou não”.¹² Examinando o programa de investimentos do governo federal para 1965, observa-se que, de um total de 3.580 bilhões de cruzeiros, referentes às despesas de capitais programadas pelo setor público nacional, cerca de 390 bilhões de cruzeiros tinham origem externa. E isto não era tudo, porque 200 bilhões de cruzeiros da ajuda ficaram contabilizados como financiamento da conta *Déficit* de Orçamento da União, mas disponíveis para o investimento do governo federal, somando, portanto, os recursos externos 590 bilhões de cruzeiros, aproximadamente 16,5% de todo o investimento público projetado para aquele ano (BRASIL,

¹¹ Letter from the Ambassador to Brazil (Gordon) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Mann). Rio de Janeiro, August 10, 1964. (UNITED STATES, 2004).

¹² Cf. UNITED STATES, 2004.

1965). Os números para os anos de 1966 e 1967 não diferem muito destes.

Avançando um pouco, nota-se que a ampla cooperação do Brasil com os EUA durante o governo Castello Branco criou uma situação de fato, um precedente com o qual a administração Costa e Silva deveria lidar. Não há dúvidas de que a ajuda externa continuava desejada, mas uma série de tendências e fatos nos campos econômico e político, em ambos os países, conduziu a um esfriamento da cooperação e a uma redução do nível de ajuda, o que perdurou até a interrupção do programa da Aliança levado a cabo pelo presidente Nixon.

Embora guindado ao poder pelos setores militares da linha-dura, Costa e Silva, por algum tempo, tentou mudar a percepção geral de que o regime caminhava a passos largos para um autoritarismo militar. Contudo, não era esperado que grandes mudanças viessem a ocorrer, pelo menos no que dizia respeito ao sistema partidário, às eleições diretas e a uma substancial guinada do país para a democratização. Representando tendências presentes no oficialato das forças armadas e em outros setores do governo, o novo ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, inaugurou uma flexível e ambiciosa política de afirmação nacional, em contraste com a orientação pró-Estados Unidos de seu antecessor, Juracy Magalhães (SCHNEIDER, 1971). Na área econômica, pensou-se em uma estratégia cujo eixo fundamental era o desenvolvimento acelerado e auto-sustentado capaz de gerar a partir de si mesmo os impulsos necessários ao seu dinamismo (SCHNEIDER, 1971). Cumpria, além disto, viabilizar o apoio nacional à tarefa, ao plano que fundamentaria o “milagre brasileiro”. Nesta estratégia de Brasil Potência, a ajuda externa perdia força e razão de ser e o novo estado das coisas presumia que o Brasil já era capaz de gerar a poupança e os investimentos necessários ao crescimento programado.

O único segmento da ajuda que chegou a se expandir neste período foi aquele da “*civic action*”, que consistia no apoio ao uso das forças armadas numa variedade de serviços sociais e econômicos, em áreas de fronteira ou mesmo em locais onde a iniciativa privada era fraca e o restante do aparelho do Estado pouco efetivo. No Brasil, onde a engenharia militar tinha uma larga tradição na construção de ferrovias e rodovias, esta disponibilidade fez com que os recursos fossem carreados para a sua estrutura. Entre 62 e 68 o Exército nacional recebeu cerca

de 200 milhões de dólares, a maior parte destinada aos novos batalhões amazônicos e, especialmente, para a construção da rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR-364).

Alguns eventos precipitaram o fim da Aliança. O AI-5 abriu uma crise nas relações Brasil-EUA, com amplas repercussões sobre a ajuda externa. Em mensagem ao Departamento de Estado, o embaixador Tuthill apontava que as medidas repressivas eram a prova de que o governo brasileiro “[...] falhara em tomar iniciativas concretas na área da educação e em favor das classes trabalhadoras urbanas e rurais [...]”, fomentando a agitação entre os estudantes e a Igreja. Desta forma, para “[...] um grupo conservador que não aceita a inevitabilidade da revolução social que toma forma no mundo, tais atividades parecem não-patrióticas e perigosas, justificando as atuais medidas.”¹³ O Secretário de Estado respondeu no mesmo tom, considerando que, no momento, o regime brasileiro parecia ter retirado o disfarce que encobria uma ditadura militar do tipo colegiado e desta forma “[...] é extremamente difícil para nós iniciar ou manter nossa cooperação nas muitas frentes em operação.”¹⁴ Mas não havia de fato, dada a convergência de uma série de interesses, a vontade política de realizar um corte abrupto na ajuda como forma de pressionar o governo brasileiro. Tuthill e Rusk desenharam uma estratégia de “*wait and see*” pela qual a USAID paralisava suas operações até que o panorama ficasse claro.

Neste impasse, Nixon tomou posse em janeiro de 1969. A expressão “Aliança para o Progresso” era democrata demais para ser apoiada por um republicano. Some-se a isto a vasta crítica que o Congresso americano fazia então ao programa de ajuda da USAID. De um ponto de vista mais estrutural, o tempo da Aliança tinha passado. Internamente, os EUA viam-se diante de uma crescente crise política e econômica. A guerra do Vietnã continuava a mobilizar recursos e a deslegitimar o sistema político. Um movimento dos preços já renunciava a inflação e a alta das taxas de juros que marcariam a década, inviabilizando a política de “*soft loans*” conduzida pela USAID. Ao mesmo tempo, verificou-se a vitória da “política da ordem” para fazer frente ao desafio do nacionalismo e do socialismo na América do Sul. O conceito da Aliança viu-se superado pelos condicionantes

¹³ Telegram from the Department of State to the Embassy in Brazil. Washington, December 17, 1968. (UNITED STATES, 2004).

¹⁴ Telegram from the Department of State to the Embassy in Brazil. Washington, December 17, 1968. (UNITED STATES, 2004).

históricos acima apontados, suas contradições internas e seu relativo fracasso em desenvolver o hemisfério. Mas nada de novo havia para substituí-la.

Conclusão

A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, quando a ameaça comunista presumidamente ameaçava o Terceiro Mundo e, especialmente a América Latina. Significou uma mudança paradigmática na política externa americana para a região. Kennedy atribuiu mais importância às relações continentais do que qualquer outro presidente americano e mesmo com as correções de rumo mais conservadoras tomadas por Johnson, o nível de ajuda continuou alto até 1969.

Contudo, houve significativa contradição entre os interesses da segurança nacional norte-americana, refletida na luta anticomunista e os objetivos políticos democráticos e esforços econômicos de longo prazo. O Brasil e os descompassos observados em torno da questão nordestina, o choque da USAID com a SUDENE, são bom exemplos desta questão. De uma forma geral, o papel político do programa no Brasil pré-64 não foi positivo e ajudou a desestabilizar o governo estabelecido. Por outro lado, foi uma tentativa audaciosa de modernizar e construir um capitalismo liberal na América Latina, construindo algo à imagem e semelhança dos EUA. Tentativa frustrada por certo, mas que teve a sua importância material. No Brasil pós-1964, a ajuda teve um impacto significativo na política econômica, permitindo uma razoável margem de manobra especialmente entre 1964 e 1967.

De tudo isto, deve ser retida a visão de mundo por trás do empreendimento. Caso Kennedy estivesse hoje vivo e atuante politicamente e ainda coerente com suas posições de então, diria que os principais problemas do Hemisfério Sul seriam as dívidas, a pobreza e o desemprego – não guerrilhas, terrorismo e drogas. Observa-se também que a preocupação dos EUA com a América Latina está relacionada com o nível de ameaça à hegemonia americana verificada na região, mas que a resposta a esta questão está subordinada a uma gama de aspectos políticos e ideológicos, constantemente, em disputa no âmbito da política interna norte-americana.

RIBEIRO, R. A. Modernization theory, Alliance for Progress and the Brazil-USA relations. *Perspectivas*, São Paulo, v. 30, p.151-175, jul./dez. 2006.

■ **ABSTRACT:** *The article investigates the Brazil-USA relation in the 1960's, within the perspective of the Alliance for Progress, a foreign assistance program implemented by the American government for Latin America. The article aims at investigating the political and economic impact of the program in Brazil and its importance for the relations between the two nations.*

■ **KEYWORDS:** *Modernization Theory. Alliance for Progress. Brazil-USA relations. International Economic Relations.*

Referências

BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BERGER, M. T. *Under Northern eyes: Latin American studies and US hegemony in the Americas 1898-1990*. Indianapolis: Indiana University Press, 1995.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Setor de Orçamento e Finanças. *O Programa de investimentos públicos, 1965*. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965.

UNITED STATES. State Department. *Foreign Relations of the United States [FRUS], 1964-1968: South and Central America, Mexico*. Washington: U. S. Government Printing Office, 2004. v. XXXI.

UNITED STATES. State Department. *Foreign Relations of the United States [FRUS], 1961-1963: American Republics, Brasil*. Washington: U. S. Government Printing Office, 1996. v. XII.

GADDIS, J. L. *Strategies of containment: a critical appraisal of postwar American national security policy*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

GILMAN, N. *Mandarins of the future: modernization Theory in Cold War America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2003.

GORDON, L. *A new deal for Latin America: the Alliance for progress*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

GORDON, L. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

HUNTINGTON, S. P. Political Development and Political Decay. *World Politics*, Baltimore, v.17, n.3, 1965.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

KAGAN, R. *Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

KENNEDY, J. F. *Address at a White House Reception for Members of Congress and the Diplomatic Corps of the Latin American Republics*. Washington: John F. Kennedy Library and Museum, 1961.

LOWENTHAL, A. F. *Partners in Conflict: The United States and Latin America in the 1990's*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1990

MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. *A Proposal: key to an effective foreign policy*. New York: Harper & Brothers, 1957.

PEARCE, K. C. *Rostow, Kennedy and the rhetoric of Foreign Aid*. Michigan: Michigan State University Press, 2001.

PYE, L. W. Os Exércitos e o Processo de Modernização Política. In: LIEUWEN, E et al. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 100-109.

RABE, S. G. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

RANIS W, G. Introduction. In: _____. *The United States and the Developing Economies*. New York: Norton, 1964.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966

SCHNEIDER, R. *The political system of Brazil: emergence of a "modernizing" authoritarian Regime, 1964-1970*. New York: Columbia University Press, 1971.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SIKKINK, K. *Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SOLA, L. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade, populismo*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1998.